ACOLHENDO IMIGRANTES NA EDUCAÇÃO INFANTIL

TATIANE PAVÃO ONGARO BORGES

RESUMO:

Nos últimos anos o Brasil tem sido destino de imigrantes de diversas nacionalidades, em busca de refúgio, melhores condições de vida e trabalho, suas famílias compostas de crianças e adolescentes, ou até crianças refugiadas que migram sozinhas. Por conta disso, são necessárias adaptações nas práticas pedagógicas para que os estudantes estrangeiros consigam aprender a língua portuguesa e, assim, acompanhar as aulas, assimilar os conteúdos propostos e, de fato, se inserirem não apenas na comunidade escolar, mas na sociedade como um todo e essa situação vem exigindo uma resposta das escolas.

Palavras-chave: Imigração. Educação infantil. Inclusão escolar.

ABSTRACT: In recent years, Brazil has been the destination of immigrants of different nationalities, seeking refuge, better living and working conditions, their families composed of children and adolescents, or even refugee children who migrate alone. Because of this, adaptations are necessary in pedagogical practices so that foreign students can learn the Portuguese language and, thus, follow the classes, assimilate the proposed contents and, in fact, insert themselves not only in the school community, but in society as a whole and this situation has been demanding a response from schools.

Key-words: Immigration. Early childhood education. School inclusion.

INTRODUÇÃO

A vinda de imigrantes para o Brasil é algo marcante na história do nosso país. De forma forçada ou voluntária, desde o século XVII compõem a nossa população, principalmente africanos, europeus, asiáticos e mais recentemente latino-americanos, em especial bolivianos e haitianos (PATARRA, 2012).

De acordo com Nascimento e Morais (2020) a imigração é o deslocamento de pessoas no espaço físico, social, econômico, político e cultural, motivado por questões de ordem econômica, social e também por demandas políticas e religiosas. Muitas vezes apenas uma pessoa da família se desloca de um lugar para outro em busca de melhores condições de sobrevivência, em outras situações a família inteira, incluindo crianças e adolescentes e, assim, tornam-se imigrantes.

Existem diferenças nos motivos e formas de imigração, que podem ser voluntárias ou forçadas. De acordo com a Organização Internacional para Migração (OIM), migrantes são pessoas que se deslocam do seu local de residência para outro país temporária ou permanentemente por diferentes razões. Já os imigrantes são pessoas que se movem do seu país de origem para outro e este se torna sua nova residência. Os refugiados, por sua vez, saem de seu país por temerem perseguições e não queiram ou não possam fcar no seu país de nacionalidade.

As crianças, ainda que invisibilizadas, muito comumente se deslocam de um país para outro junto com suas famílias e, em algumas situações elas migram sozinhas. Apesar disso, elas pouco comparecem nas discussões e pesquisas sobre imigração, sobretudo no Brasil. Segundo Demartini (2021) as crianças sempre foram muitas nos processos migratórios brasileiros ao longo da história, mas elas não vêm sendo consideradas nos estudos que possuem a imigração por temática.

O ACOLHIMENTO

O Acolhimento é um princípio que deve nortear todas as práticas pedagógicas na Escola, deve ser cultivado entre os estudantes, familiares e servidores de modo que possam desde o primeiro contato perceber as oportunidades que a escola oferece, permitindo a integração e a convivência social de todos, a partir do diálogo e trocas de experiências.

O acolhimento é uma ação pedagógica intencional, organizada e estruturada, uma vez que na escola convivem pessoas que possuem diferentes trajetórias pessoais e culturais e este é o momento para refetirmos sobre essas diferenças para criarmos relações sociais saudáveis e justas. É de responsabilidade de toda a comunidade escolar, contudo, a equipe gestora tem um papel relevante na organização da escola e na promoção de uma Cultura de Paz que prime pelo acolhimento dos estudantes. O acolhimento está em consonância com os objetivos constitucionais definidos para a Educação

Básica, na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei 9.394/96) que se fundamentam na cidadania e dignidade da pessoa e pressupõe igualdade, liberdade, pluralidade, diversidade, respeito, justiça social, solidariedade e sustentabilidade.

Neste sentido, as Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais da Educação, definidas no art. 6º da Resolução CNE/CEB nº 4, de 13

de Julho de 2010, define que é necessário considerar sempre as dimensões do "Educar e Cuidar", em função da centralidade do Educando como pessoa em formação na essência humana.

O imigrante, ao chegar Brasil, pode ter passado por inúmeras situações adversas em seus países de origem, por exemplo:

Violência física, psicológica;

Situações de guerras;

Perseguição religiosa, política, racial, por orientação sexual, e de gênero;

Extrema vulnerabilidade social;

Essas situações podem resultar em falta de documentação, necessidade de residência provisória, sofrimento psíquico, dentre outras situações que podem afetar os estudantes imigrantes e seus familiares. Recomendações para atendimento e matrícula: O imigrante que reside há pouco tempo no Brasil pode apresentar dificuldades no domínio e na compreensão da Língua Portuguesa. Por isso, procure:

Ser paciente;

Falar suave e pausadamente;

Atentar-se aos gestos/linguagem corporal;

Ser objetivo, com uma linguagem de fácil compreensão;

Observar se a pessoa está entendendo.

Caso necessário, utilize os tradutores disponíveis na internet e imagens.

GARANTIA DO DIREITO À EDUCAÇÃO A ESTRANGEIRO

Segundo a Polícia Federal, entre 2013 e 2015, 320 mil pessoas migraram para o Brasil, uma média anual 2,4 vezes maior do que em anos anteriores, como em 2006, quando o país recebeu 45.124 imigrantes e refugiados, mas, a legislação brasileira determina que estrangeiros têm direito ao acesso à educação da mesma forma que as crianças e os adolescentes brasileiros, conforme expresso pela Constituição Federal:

Art. 5º - Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade [...].

Art. 6º - São direitos sociais a educação, a saúde, a alimentação, o trabalho, a moradia, o transporte, o lazer, a segurança, a previdência social, a proteção à maternidade e à infância, a assistência aos desamparados, na forma desta Constituição.

pelo Estatuto da Criança e do Adolescente:

Art. 4º - É dever da família, da comunidade, da sociedade em geral e do poder público assegurar, com absoluta prioridade, a efetivação dos direitos referentes à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao esporte, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária.

Art. 5º - Nenhuma criança ou adolescente será objeto de qualquer forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão, punido na forma da lei qualquer atentado, por ação ou omissão, aos seus direitos fundamentais.

pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional:

Art. 2º - A educação, dever da família e do Estado, inspirada nos princípios de liberdade e nos ideais de solidariedade humana, tem por finalidade o pleno desenvolvimento do educando, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho.

Art. 3º - O ensino será ministrado com base nos seguintes princípios: I - igualdade de condições para o acesso e permanência na escola; [...] XII - consideração com a diversidade étnico-racial.

e pela Lei da Migração:

Art. 3º - A política migratória brasileira rege-se pelos seguintes princípios e diretrizes: I - universalidade, indivisibilidade e interdependência dos direitos humanos; [...]; XI - acesso igualitário e livre do migrante a serviços, programas e benefícios sociais, bens públicos, educação, assistência jurídica integral pública, trabalho, moradia, serviço bancário e seguridade social;

Art. 4º - Ao migrante é garantida no território nacional, em condição de igualdade com os nacionais, a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade, bem como são assegurados: I - direitos e liberdades civis, sociais, culturais e econômicos; [...] X - direito à educação pública, vedada a discriminação em razão da nacionalidade e da condição migratória [...].

Além disso, a Lei dos Refugiados, garante que a falta de documentos não pode impedir seu acesso à escola:

Art. 43º - No exercício de seus direitos e deveres, a condição atípica dos refugiados deverá ser considerada quando da necessidade da apresentação de documentos emitidos por seus países de origem ou por suas representações diplomáticas e consulares.

Art. 44º - O reconhecimento de certificados e diplomas, os requisitos para a obtenção da condição de residente e o ingresso em instituições acadêmicas de todos os níveis deverão ser facilitados, levando-se em consideração a situação desfavorável vivenciada pelos refugiados.

A IMIGRAÇÃO E A EDUCAÇÃO INFANTIL

Pensar a infância implica uma reflexão sobre o papel social da criança. Durante muito tempo, considerou-se infância um período de preparação para a vida adulta, centrado no futuro, excluindo as construções e a participação das crianças no cotidiano, à espera de que se tornem adultos e participem do exercício da cidadania (QVORTRUP, 2014). Na contramão do senso comum, no campo da sociologia da infância, a infância deve ser concebida como estágio importante do curso da vida, marcado pela relação com tempo, espaço e cultura, recortado por diferentes fatores como classe, gênero e condição socioeconômica (DAHLBERG; MOSS; PENCE, 2003).

Nessa direção, a Constituição Brasileira e o Estatuto da Criança e do Adolescente concebem a criança como sujeito de direitos e pessoa em desenvolvimento. Essas leis reforçam a relevância da participação social e a garantia de direitos, entre os quais a educação infantil. Esta se compreende como o espaço onde as relações sociais se estabelecem e as crianças podem viver sua infância. Vários pesquisadores compreendem a educação infantil como arenas sociais repletas de significados e interações (NASCIMENTO, 2014).

Enquanto organização educacional intencional, a educação infantil se caracteriza como espaço de convivência onde educar e cuidar são tarefas indissociáveis. As aprendizagens neste espaço ocorrem através das interações e das brincadeiras. Assim como na sociedade, as escolas propiciam um amplo rol de diversidade cultural, que permite a construção de diálogos e o intercâmbio de culturas.

A diversidade cultural é, de certo modo, um "leitmotiv" para processos de humanização da escola e dos diferentes espaços. "Para cumprir sua tarefa humanista, a escola precisa mostrar para os alunos que existem outras culturas além da sua" (GADOTTI, 1992, p. 23). Concordamos que, para cumprir a tarefa de humanização dos sujeitos, faz-se necessário o reconhecimento da diversidade que existe no interior dos espaços de Educação Infantil e da sociedade. Para que sejam incluídas, todas as crianças precisam ter sua cultura reconhecida e valorizada. Em se tratando de crianças imigrantes, é necessário que essa inclusão se assente em princípios de respeito às suas culturas de origem numa relação educativa dialógica.

A inclusão diferenciada se manifesta por meio de uma atuação pedagógica que valorize e respeite as diferenças culturais e pessoais.

Os indicadores estatísticos brasileiros mostram que quase a totalidade das crianças está na escola, no entanto, os trabalhos e as pesquisas sobre o cotidiano escolar mostram que essa inclusão é diferenciada. Isso leva a supor que as crianças nessa faixa etária já conseguem apresentar uma percepção das diferenças raciais, podendo, a partir dessa idade, começar a cristalizar determinadas atitudes com sentido preconceituoso em relação aos que diferem de suas características físicas, evidenciando a necessidade de se iniciar uma intervenção pedagógica que vise à destituição desse tipo de atitude em relação aos colegas. (ABRAMOWICZ; OLIVEIRA, 2012, p. 56).

O preconceito e as práticas de exclusão produzidas e reproduzidas nos espaços educativos se ampliam, a nosso ver, pela ausência de ações pedagógicas direcionadas para ações afirmativas. Estas situações acabam por naturalizar ou até mesmo a escamotear os processos pedagógicos de segregação e sofrimento do sujeito. Em relação às crianças imigrantes e de origem imigrante na Educação Infantil Silva (2016), aponta que a língua aparece como uma das principais dificuldades nos processos de acolhimento e socialização. Por outro lado, a expectativa das educadoras, em relação às famílias dos estudantes, é que o estímulo ao aprendizado da língua ocorra no seio familiar.

DIFICULDADES ENFRENTADAS

O acesso à escola não é a única dificuldade enfrentada pelas crianças e pelos jovens estrangeiros. A rede pública de ensino brasileira não está preparada para receber e promover a integração desses estudantes.

A principal questão é o idioma. A maioria dos estrangeiros que chega ao país não conhece o português e, assim, acaba frequentando as aulas sem conseguir se comunicar com os professores e colegas e, principalmente, sem entender os conteúdos desenvolvidos em sala. E esse é um grande desafio para as escolas, tendo em vista a diversidade de origem desses estudantes.

Os dados do Censo mostram que os latinos representam mais de 40% dos alunos estrangeiros e concentram-se principalmente na rede pública. São seguidos pelos estudantes de origem europeia, asiáticos e norte-

-americanos.

No estado de São Paulo, os alunos imigrantes se dividem em mais de 80 nacionalidades. De acordo com dados do Cadastro do Aluno da Secretaria Estadual da Educação, em novembro de 2017, a rede contabilizava 10.298 estrangeiros matriculados. Dentre eles, estão mais de quatro mil bolivianos, 1,2 mil japoneses, cerca de 550 angolanos e aproximadamente 540 haitianos.

Em Curitiba, capital do estado que recebe o segundo maior percentual de estrangeiros em sua rede de ensino, um levantamento feito pelo Departamento de Planejamento e Informação da Secretaria Municipal da Educação revelou que os 755 alunos estrangeiros matriculados em 2016 na rede tinham 44 nacionalidades diferentes. Destacam-se aí os haitianos e os japoneses.

Por conta disso, são necessárias adaptações nas práticas pedagógicas para que os estudantes estrangeiros consigam aprender a língua portuguesa e, assim, acompanhar as aulas, assimilar os conteúdos propostos e, de fato, se inserirem não apenas na comunidade escolar, mas na sociedade como um todo. Em paralelo, as escolas devem promover também a integração das famílias dessas crianças e jovens, para que todos possam se adaptar às diferenças culturais em sua nova realidade. É fundamental que a gestão esteja atenta ao acolhimento desses estudantes, condição para que tenham as mesmas oportunidades de aprendizagem que os demais.

PISTAS PARA OS PRIMEIROS PASSOS NAS ESCOLAS

É importante que, na medida do possível, o professor se mostre aberto e interessado em fazer surgir as situações de comparação e aproximação das diferentes realidades e conhecimentos dos estudantes.

Abrir espaço para que os estudantes imigrantes apresentem elementos de suas culturas, mas não apenas eles: sabemos que em nossas escolas temos estudantes cujas famílias, muitas vezes, vieram de diferentes regiões do país. Assim, a ideia de proximidade/distância, "nativo" e estrangeiro pode se diluir na consciência de que cada um é composto por diferentes origens e experiências – igualmente importantes.

No que concerne à sensibilização linguística, a escola pode adotar cartazes multilíngues (PT, ES, FR, por exemplo) com expressões comuns ao dia-a-dia escolar. Ainda que pareça um caráter meramente informativo, este é um bom recurso para a sensibilização às línguas e a percepção da proximidade entre elas, seja para os estudantes imigrantes, seja para os brasileiros. A composição dos cartazes pode ser feita de maneira simples, por meio da consulta a dicionários online ou, ainda, envolvendo os próprios estudantes em sua composição. Exemplos: saudações (olá, bom dia, tchau), locais (sala de aula, secretaria, refeitório, banheiro), profissionais (professor, secretária, diretora).

Em sala de aula, a criação de atividades pode variar de acordo com as diferentes disciplinas. Uma ação inicial pode ser "traduzir" o tema da aula nas diferentes línguas (uma pesquisa na internet pode ajudar nesta parte), além de estimular os estudantes a expressarem o que sabem ou o que entenderam em suas próprias línguas (ao menos oralmente), como meio para diminuir a ansiedade e o filtro afetivo.

Revolução francesa – Révolution française – Revolución francesa Gramática – Grammaire – Gramática

Língua – Langue – Lengua Matemática – Mathématiques – Matemática

História – Histoire – História Ciências – Sciences – Ciencias

Para isso, a internet é uma ferramenta valiosa: há sites que disponibilizam seus artigos em várias línguas, basta uma pesquisa para ter outras versões de um texto em diferentes línguas. Isso pode ser feito com a biografia de algum personagem histórico, com a resenha de um livro ou filme etc.

A INTERCOMPREENSÃO (IC) ENTRE LÍNGUAS PRÓXIMAS

As línguas de uma mesma família (como as latinas: português, francês, espanhol, italiano, catalão...) guardam entre elas uma série de semelhanças que podem servir de chave para a entrada no estudo das demais línguas de mesma raiz. Favorecer o reconhecimento destas semelhanças do ponto de vista didático e pedagógico para facilitar a aprendizagem simultânea de línguas é o objetivo da intercompreensão (IC), cujos princípios indicamos para um trabalho em sala de aula que possa aproximar e acolher os estudantes falantes de outras línguas, tanto no que concerne à aprendizagem da língua portuguesa, quanto à sua integração com os colegas.

Além do acolhimento dos estudantes de origem estrangeira e da possibilidade de ajudá-los na aprendizagem do português, a adoção das práticas intercompreensivas pode contribuir em muito para uma melhora do desempenho dos próprios estudantes brasileiros no que concerne às suas habilidades estratégicas e linguísticas de compreensão em línguas estrangeiras, mas também em língua portuguesa. A proposta desta seção do documento é apresentar o conceito

geral da intercompreensão e suas potencialidades para o contexto da rede pública de São Paulo, diante do desafo das salas de aulas cada

vez mais plurais – em línguas, culturas e perfs de aprendizagem.

A intercompreensão (IC) entre línguas próximas:

Espanhol Si las lenguas románicas se parecen entre si, en mayor o menor medida, entonces también las personas que tienen una de ellas como lengua materna deberán ser capaces de entender las demás lenguas de la família partiendo de las semejanzas.

Francês Si les langues romanes se ressemblent à des degrés divers, les personnes qui en parlent une comme langue maternelle devraient être en mesure de comprendre les autres langues de la même famille, en comptant sur ces mêmes ressemblances.

Italiano Se le lingue romanze si somigliano tra di loro, in misura maggiore o minore, anche le persone che ne parlano uma come língua madre dovranno essere in grado di capire le altre lingue della famiglia, proprio contando sulle somiglianze.

Português Se as línguas românicas se assemelham entre si em maior ou menor grau, também as pessoas que falam uma delas como língua materna deverão ser capazes de compreender as outras línguas da família apoiando-se nas semelhanças.

INTERCOMPREENSÃO? O QUE É?

No contexto de sala de aula com estudantes imigrantes, a principal vantagem da IC é possibilitar a entrada no português como língua de acolhimento a partir de suas próprias línguas maternas – notadamente, os casos de falantes de espanhol e francês. Isso se faz por meio de uma sensibilização, ou seja, estimulando a percepção das semelhanças e fazendo da língua uma ponte e não mais uma barreira. Na mesma medida, o estudante brasileiro usará seus conhecimentos em português para descobrir as línguas dos colegas, em uma troca mútua e enriquecedora.

Outra característica importante do trabalho pela IC é o fato de que ela proporciona a abertura não apenas para as línguas, mas para as culturas e, logo, possibilitando uma maior integração entre os estudantes, pela valorização do Outro e da diversidade.

COMO AGE A IC?

A IC privilegia as competências de compreensão (escuta e leitura – que podem ser trabalhadas de forma dissociada) e opera pelo despertar da consciência linguística e estratégica, por meio de procedimentos de desenvolvimento metalinguístico e metacognitivo, em direção do desenvolvimento da confança e da autonomia. Na perspectiva intercompreensiva, o estudante está no centro do processo: as atividades partem, sempre, da observação de seus interesses, objetivos, sendo adaptadas aos diferentes contextos de aplicação. O objetivo é fazer com que os estudantes reconheçam o que já sabem para construir os novos saberes.

Não se trata apenas de traduzir em uma ou mais línguas os conteúdos, mas levar os estudantes a (re)conhecerem essas línguas e culturas por meio do que é semelhante – o que se torna possível com a descoberta e aplicação de estratégias (percepção das transparências entre as línguas, inferência de signifcado de palavras, exploração do contexto para resolução de difculdades etc).

PAPEL DO DOCENTE NA SALA DE AULA

Sabemos que assim como a família, o docente tem grande influência nas crianças da nova geração, e é dentro desse conceito que temos que ter conhecimentos sobre os objetivos de um docente, sendo levar os alunos ao caminho da formação: formar para a vida, formar para o mercado de trabalho e formar para a cidadania, e também instruir para pratica signifcativa voltadas em formar o aluno para o mundo (GONÇALVES et al 2015).

O professor requer a clareza de muitos aspeçtos constituintes da missão a ser realizada. É preciso, sim, ter metas e objetivos, saber sobre o que se vai ensinar, mas não se pode perder de vista, um segundo sequer, para quem se está ensinando e é disso que decorre o como realizar. Integrar tudo inclui dar conta de diversas facetas do processo ensino-aprendizagem, ou seja, a do aluno concreto, real, a do conhecimento, a das estratégias de ensino, e a do contexto cultural e histórico em que se situam.

Conjugar isso exige compromisso e responsabilidade com o aluno, o que permite avançar na exigência da compreensão da pessoa no processo de ensinar e aprender. (TUNES et al 2005) Para que haja um aprendizado efcaz o professor tem que planejar e orientar, organizar estratégias de ensino que estimulam os alunos a liderar atividades em grupos, havendo interação entre todos (MOREIRA 2015). A ação educativa pode incidir diretamente na atividade mental do aluno, ensinando e criando condições favoráveis ao seu desenvolvimento e aprendizado, esse amparo e acolhimento do docente para com o aluno se torna uma “prática social que se concretiza na interação entre professores, alunos e Conhecimentos” sendo assim devemos saber que o papel do docente é envolver uma relação interpessoal de forma positiva promovendo o aprendizado e desenvolven-

do a independência do aluno (BOLFER 2008).

XENOFOBIA E PRECONCEITO

Para melhor falar do assunto devemos ter conhecimento do signifcado da palavra Xenofobia, do grego xeno “estrangeiro” e phóbos “medo”, isto é, está se referindo ao ódio, hostilidade e rejeição aos estrangeiros. Xenofobia também é usada no sentido lato e refere-se a fobia, em relação a grupos étnicos diferentes, também é uma ideologia que consiste na rejeição das identidades culturais que são diferentes da localidade que se encontra. A xenofobia também muitas vezes tem a função de se referir ao racismo, de acordo com a Convenção Internacional sobre a Eliminação de todas as Formas de Discriminação Racial defne a xenofobia ou a discriminação racial como:

Qualquer distinção, exclusão, restrição ou referência fundadas na raça, cor, descendência ou origem nacional ou étnica, que tenha por fm ou efeito anular ou comprometer o reconhecimento, o gozo ou o exercício, em igualdade de condições, dos direitos humanos e das liberdades fundamentais nos domínios político, económico, social, cultural ou em qualquer outro domínio da vida pública.

É bem claro que com todo o obstáculo que um imigrante passa como a falta de domínio da língua, estar em território estranho, a questão da cultura, também tem que enfrentar a discriminação racial e a xenofobia. As difculdades encontradas por eles tornaram para o Estado algo alarmante e preocupante, tendo que aplicar uma infraestrutura para acolher e prevenir esses ataques a eles, aplicando através de leis uma forma de punir quem aplica o racismo/xenofobia (SILVA, FERNANDES 2017).

Assim como a xenofobia, o preconceito muitas vezes está incluído em ataques a imigrantes. Podemos defnir como preconceito -- que é derivado do latim prae “antes, e conceptu “conceito”, isto é, como uma conceituação antecipada e normalmente sem fundamento defnido por um conjunto de crenças e valores aprendido, que por fm envolve causam fatores e atitudes negativas a um certo estereótipos. Normalmente pessoas que tem atitude de preconceitos se dirigem a indivíduos com características diferentes da dele, vendo estas características de forma negativa, as pessoas que cultivam o preconceito constroem estereótipos dos imigrantes, que passam a ser vistos e julgados por características negativas que marcam a sua cultura. Assim, por exemplo, alguns julgam que todo oriental é terrorista, ou todo negro é suspeito e assim por diante. Por isso muitos imigrantes sofrem com esse tipo de ato, que discrimina negativamente as suas culturas, forma de falar, vestes, religião, entre vários outros motivos que infuencia no ato do preconceito (SILVA, FERNANDES 2017).

DISCUSSÕES ACERCA DA ESCOLA E DA DIVERSIDADE

A escola enquanto instituição educativa possui um papel de grande signifcado para a vida dos sujeitos, sendo uma instituição que não apenas ensina o conhecimento científco, mas que ajuda na formação humana, no crescimento cidadão e pessoal. Desta forma, a escola é uma instituição que tem o dever de acolher a todos, independente da condição social, cultural, raça, cor e origem.

Há de se ressaltar que a escola é uma instituição social, que foi sendo formada ao longo da história da sociedade e das necessidades de cada época. Nesse sentido, faz-se necessário refetirmos sobre qual é o papel da escola atualmente?

De acordo com Bueno, a escola atualmente tem a função de, além de transmitir conhecimentos, ser um “espaço de convivência que favoreça o exercício da cidadania” (2001:6).

Para Gusmão:

a escola, mais que um espaço de socialização toma-se um espaço de sociabilidade ou seja, um espaço de encontros e desencontros, de buscas e de perdas, de descobertas e de encobrimentos, de vida e de negação da vida. A escola por essa perspectiva é, antes de mais nada, um espaço sociocultural. (2000: 18)

Para a autora, pensar a escola enquanto um espaço sociocultural é pensá-la sob a perspectiva de uma instituição dinâmica, heterogênea, que recebe indivíduos de diferentes classes sociais, etnias, culturas, regionalidades, gêneros, faixas etárias e histórias e a partir disso, valorizar cada aspecto, cada diferença, cada sujeito.

A escola é uma instituição heterogênea e, de acordo com Gusmão (2000), deve além de praticar o ensino, valorizar os diferentes tipos de aprendizagens. A partir disso, entendemos que a escola precisa valorizar as histórias, as culturas, as identidades dos sujeitos inseridos em seu espaço, de modo que o processo ensino-aprendizagem possa se desenvolver por meio da troca e do compartilhamento de culturas e de saberes.

Nessa ótica, é importante pensarmos também no modo com que se organiza e se concebem os currículos das escolas, uma vez que:

O currículo corresponde, então, ao verdadeiro coração da escola. Daí a necessidade de permanentes discussões sobre

o currículo, que nos permitam avançar na compreensão do processo escolar curricular e das relações entre conhecimento escolar, a sociedade, a cultura a auto formação individual e o momento histórico em que estamos situados. (Moreira, 2009: 5).

É por meio do currículo, que será possível pensar uma escola mais voltada para as questões da diversidade, que venha ao encontro da valorização das identidades e que supere a preocupação unicamente com a transmissão do conhecimento. Nessa perspectiva "A escola hoje tem uma função maior, ela precisa ensinar o aluno a refletir em face do mundo diverso em que vivemos a acreditar que a educação está para além dos conteúdos". (Souza, Senna, 2016: 59)

Ressalta-se também que a socialização das crianças no âmbito escolar pode ser um ótimo mecanismo para auxiliar os alunos migrantes a sentirem-se incluídos e aceitos no novo território. Giddens considera que:

A socialização é o processo através do qual as crianças, ou outros novos membros da sociedade, aprendam o modo de vida da sociedade em que vivem. Este processo constitui o principal canal de transmissão da cultura através do tempo e das gerações. (Giddens, 2008: 27)

As escolas devem sempre estar abertas para as diferenças, tornando-se ambiente de inclusão, promovendo ações que motivem os alunos a refletirem que, apesar das diferenças, todos devem ser respeitados. Tal documento foi publicado pelo Ministério da Educação brasileiro, no ano de 2008. Essa política é o resultado de um trabalho que vem sendo aprimorado ao longo dos anos, buscando reconhecer a escola como um espaço marcado pela diversidade, pela democracia e pela heterogeneidade. A partir dessa política, ressalta-se as escolas como espaços responsáveis pela garantia de uma educação com qualidade a todos os estudantes, independentemente de suas particularidades, respeitando-os como sujeitos de direitos.

De acordo com a Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva:

A educação inclusiva constitui um paradigma educacional fundamentado na concepção de direitos humanos, que conjuga igualdade e diferença como valores indissociáveis, e que avança em relação à ideia de equidade formal ao contextualizar as circunstâncias históricas da produção da exclusão dentro e fora da escola. (BRASIL, 2008: 5)

Nesse sentido, falar de educação inclusiva é falar da educação que respeita o diferente, seja qual for essa diferença. A educação é um processo contínuo de formação, na qual há possibilidades de os alunos aprenderem novos conhecimentos e desenvolverem-se a partir da relação com o outro.

A educação tem por objetivo o pleno desenvolvimento da personalidade humana e fortalecimento do respeito aos direitos humanos e às liberdades fundamentais; favorecerá a compreensão, a tolerância e a amizade entre todas as nações e todos os grupos étnicos ou religiosos. (DECLARAÇÃO UNIVERSAL DOS DIREITOS HUMANOS, 1948)

No que concerne a inclusão dos alunos migrantes, é preciso considerar que eles estão passando por um processo de adaptação cultural, regional, familiar e social. Adaptar-se em um novo território exige cuidado e tempo. A partir disso, o trabalho desenvolvido pelas escolas, especialmente no que concerne o processo de ensino-aprendizagem voltado para as crianças migrantes, encontra muitos desafios.

Diante desse contexto, cabe a escola estar aberta para receber e acolher estas crianças, com ações de acolhimento que garantam um processo de ensino-aprendizagem significativo.

Mantoan ressalta que:

há diferenças e há igualdades, e nem tudo deve ser igual nem tudo deve ser diferente, [...] é preciso que tenhamos o direito de ser diferente quando a igualdade nos descaracteriza e o direito de ser iguais quando a diferença nos inferioriza. (2004: 7-8)

Desse modo, é preciso pensar na escola enquanto instituição que pode transformar a sociedade por meio da valorização das diferenças, da luta pelo respeito à heterogeneidade e da conquista dos direitos àqueles muitas vezes invisibilizados na sociedade. É preciso luta, resistência e perseverança, para que possamos conviver com uma sociedade mais democrática e mais acessível a todos, com políticas públicas que garantam cada vez mais direitos aos cidadãos.

DESENVOLVIMENTO

Trata-se de um estudo bibliográfico, ou seja, desenvolveu-se com base em uma revisão de literatura. Segundo Gil (2008), assim são chamados os trabalhos desenvolvidos a partir de material já elaborado, neste caso livros e artigos científicos.

CONCLUSÃO

Conclui se que com a grande demanda na imigração houve a necessidade de implantar transformações a sociedade através de Leis e aporte de acolhimento para os imigrantes que ali refugiavam em busca de uma qualidade de vida melhor. A imigração se tornou um fenômeno mundial e dentro todos os fatores expostos como as guerras, cri-

se financeira, crises políticas, muitos foram obrigados a procurar abrigo em outro país, e com o grande aumento de imigrantes estrangeiros houve a necessidade dentro do contexto escolar a questão da criança imigrante, levando em consideração a cultura e suas adversidades. Através deste trabalho notamos a importância do ambiente escolar para os alunos imigrantes, através do acolhimento em ambiente escolar com preparação adequada dos docentes auxiliando os alunos na convivência dentro da sala de aula. Para um aprendizado eficaz o docente deve planejar e orientar os alunos em atividades em grupos para interação no meio social, ou seja, a metodologia pedagógica tem a necessidade de sempre estar em desenvolvimento auxiliando o aluno imigrante na interação social construindo dentro do ambiente escolar um local adequado e preparado para receber/acolher a todas as crianças, independente da cultura, religião ou do seu país de origem. Com todo fator multicultural dentro das escolas concluímos que o papel do docente se tornou de extrema relevância e considerando sua bagagem de conhecimento e estratégias nas práticas escolares auxiliando de forma apta a inclusão dos alunos imigrantes no ambiente escolar. A realidade atual no Brasil demonstra a homogeneidade global, com isso temos a diversidade cultural e com essa bagagem sociocultural houve um impacto importante na pedagogia e as suas estratégias didáticas. Muitas culturas diferentes ocasionaram obstáculos aos docentes nos processos educativos, porém a prática escolar auxilia na introdução de atividades escolares para a inclusão do aluno imigrante no âmbito escolar.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Aprendizagem em foco. (2008). “O papel da gestão no acolhimento de alunos imigrantes”. Aprendizagem em foco. Instituto Unibanco. n. 38, fev. Recuperado de:https://www.institutounibanco.org.br/wpcontent/uploads/2018/02/Aprendizagem_em_foco--n.38.pdf.

BRASIL. (2017) “Lei nº 13.445 de 24 de maio de 2017”.Presidência da República. Recuperado de: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2017/lei/L13445.htm. Acesso em 09/09/2022.

(1988). “Constituição da República Federativa do Brasil de 1988”. Presidência da República. Brasília. Recuperado de: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/ConstituicaoCompilado.htm.

(1990). “Estatuto da Criança e do Adolescente”.Presidência da República. Brasília. Recuperado de: www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L8069.htm. .

(1996). “Lei de Diretrizes e Bases da Educação”. Ministério da Educação. Brasília, Recuperado de: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9394.htm.

(2008). Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva. Ministério da Educação. Brasília. Recuperado de: http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=16690- politica-nacional-de-educacao-especial-na-perspectiva-da-educacao-inclusiva- 05122014&Itemid=30192

Giddens, A. (2008).Sociologia. 6. ed. Lisboa.

ABRAMOWICZ, Anete; OLIVEIRA. Fabiana de. As relações étnico-raciais e a Sociologia da infância no Brasil: alguns aportes. In: Educação infantil, igualdade racial e diversidade: aspectos políticos, jurídicos, conceituais. Maria Aparecida Silva Bento (org.). São Paulo: Centro de Estudos das Relações de Trabalho e Desigualdades - CEERT, pp. 47-54. 2012.

QVORTRUP, Jens. Visibilidades das crianças e da infância. Linhas Críticas. Brasília, v.20, n. 41, p.23- 42, jan./abr. 2014.

NASCIMENTO, Maria Letícia; MORAIS, Carolina Grandino Pereira de. (In) visibilidade das crianças imigrantes na cidade de São Paulo: questões para pensar a cidadania da pequena infância. Espaço Pedagógico: Passo Fundo, v. 27, n. 2, p. 437-458, maio/ago. 2020.

DAHLBERG, Gunilla; MOSS, Peter; PENCE, Alan. Qualidade na Educação da Primeira Infância: perspectivas pós-modernas. Porto Alegre: Artmed, 2003.

GIL, Antonio Carlos. Como elaborar projetos de pesquisa. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

GADOTTI, Moacir. Diversidade cultural e educação para todos. Rio de Janeiro: Graal, 1992.

GONÇALVES, A. M.; SILVEIRA, A. P.; KIMURA, P. R. O. O trabalho docente: os objetivos e o papel nas apresentações sociais dos professores. EDUCERE, p. 39891-39904, 2015.

DECLARAÇÃO UNIVERSAL DOS DIREITOS HUMANOS. Adotada e proclamada pela resolução 217 A (III) da Assembléia Geral das Nações Unidas em 10 de dezembro de 1948. Representação da UNESCO no Brasil, 1998.

SILVA, F. R.; FERNANDES, D. Desafos enfrentados pelos imigrantes no processo de integração social na sociedade brasileira. Revista do Instituto de Ciências Humanas, v. 113, nº 18, 2017.

SILVA, Ana Paula. ¡No hablamos español! Crianças bolivianas na educação infantil paulistana. Saarbrucken, Alemanha: Novas Edições Acadêmicas, E-book. 2016.

TUNES, E.; TACCA M. C. V. R.; JÚNIOR, R. S. B. O professor e o ato de ensinar. Cadernos de Pesquisa, v. 35, n. 126, p. 689-698, 2005.

MOREIRA, A. E. C. O papel docente na seleção das estratégias de ensino. XVI Semana da Educação, VI Simpósio de Pesquisa e Pós-graduação em Educação, p. 497-508, 2015.

BUENO, A. M. O.; PEREIRA, E. K. R. O. Educação, Escola e Didática: uma análise dos conceitos das alunas do curso de pedagogia do Terceiro Ano - UEL. 2013.

Documento Orientador CGEB/ NINC. ESTUDANTES IMIGRANTES: ACOLHIMENTO.

2018. Recuperado de: https:// www.educacao.sp.gov.br/wp- content/uploads/2018/12/ACOLHIMENTO_FINAL-compressed.pdf acesso em 09/09/2022

Centro de referência em Educação Integral. Como integrar alunos migrantes, valorizando suas culturas?. 2017. Recuperado de: https://educacaointegral.org.br/ reportagens/como-escola- integrar-alunos--migrantes-valorizando-cultura/ acesso em 09/09/2022